



PANORAMA



FISCAL

Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Ofice



ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ EM 2017: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM OS DEMAIS ESTADOS DA UNIÃO

Autores:

Francisco Lucio Mendes Maia

Gabriel Rodrigues Barroso

Gerson da Silva Ribeiro

Guilherme Reis Tavares

Texto integral disponível em www.fundacaosintaf.org.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. RECEITAS CORRENTES
3. DESPESAS CORRENTES
4. RECEITAS DE CAPITAL
5. DESPESAS DE CAPITAL
6. RESULTADO PRIMÁRIO
7. DÍVIDA PÚBLICA
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 INTRODUÇÃO

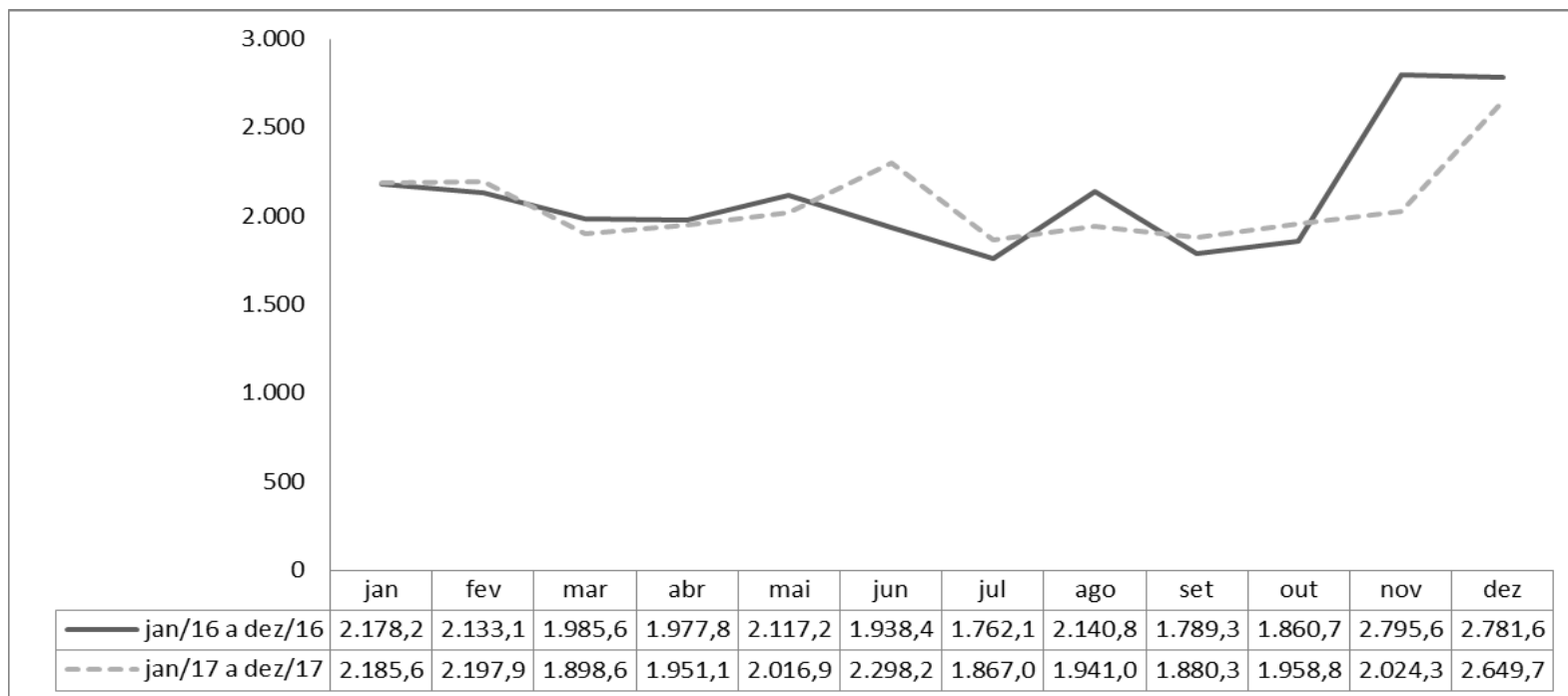
- ❖ Objetivo do trabalho;
- ❖ Metodologia utilizada;
- ❖ Contexto econômico brasileiro;
- ❖ Contexto econômico cearense;
- ❖ Medidas de ajuste fiscal da União e dos Estados.

2 RECEITAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 1 – Receita Corrente do Estado do Ceará – janeiro a dezembro/2016 x janeiro a dezembro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



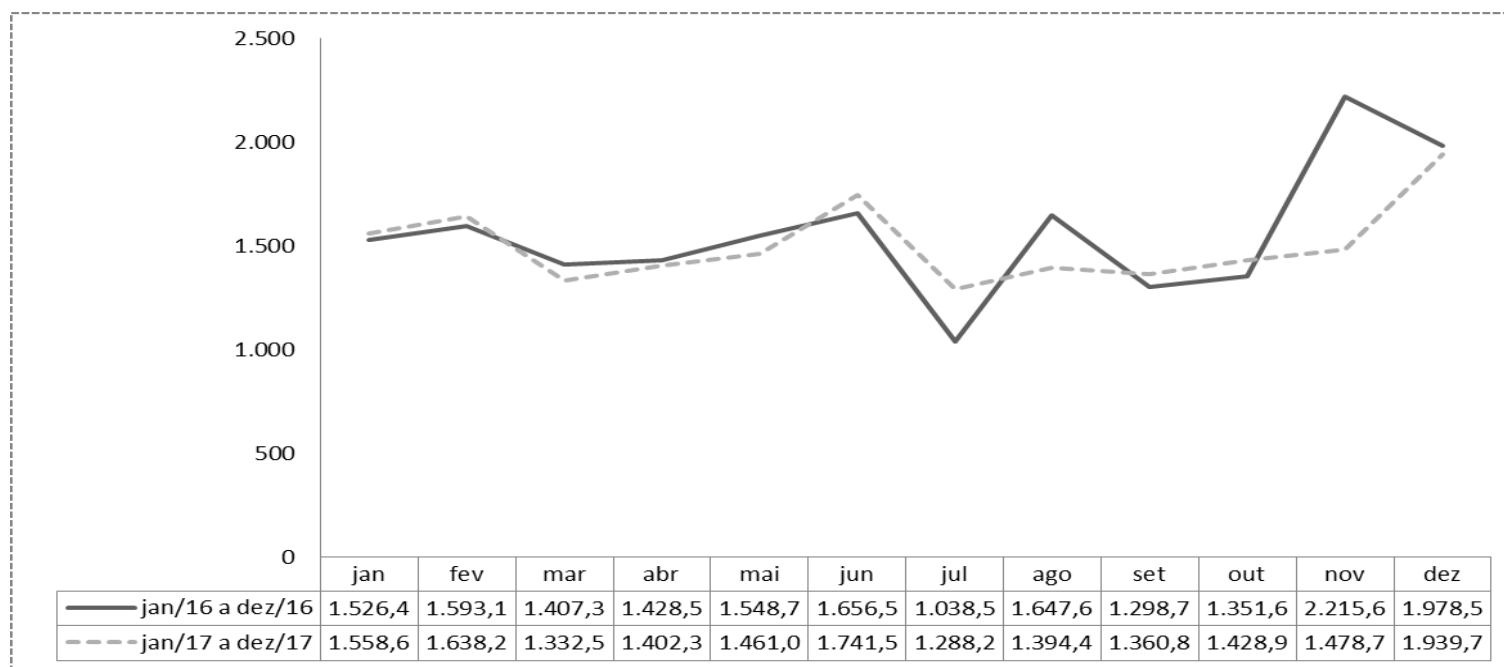
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

2 RECEITAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 2 – Receita Corrente Líquida do Estado do Ceará – janeiro a dezembro/2016 x janeiro a dezembro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



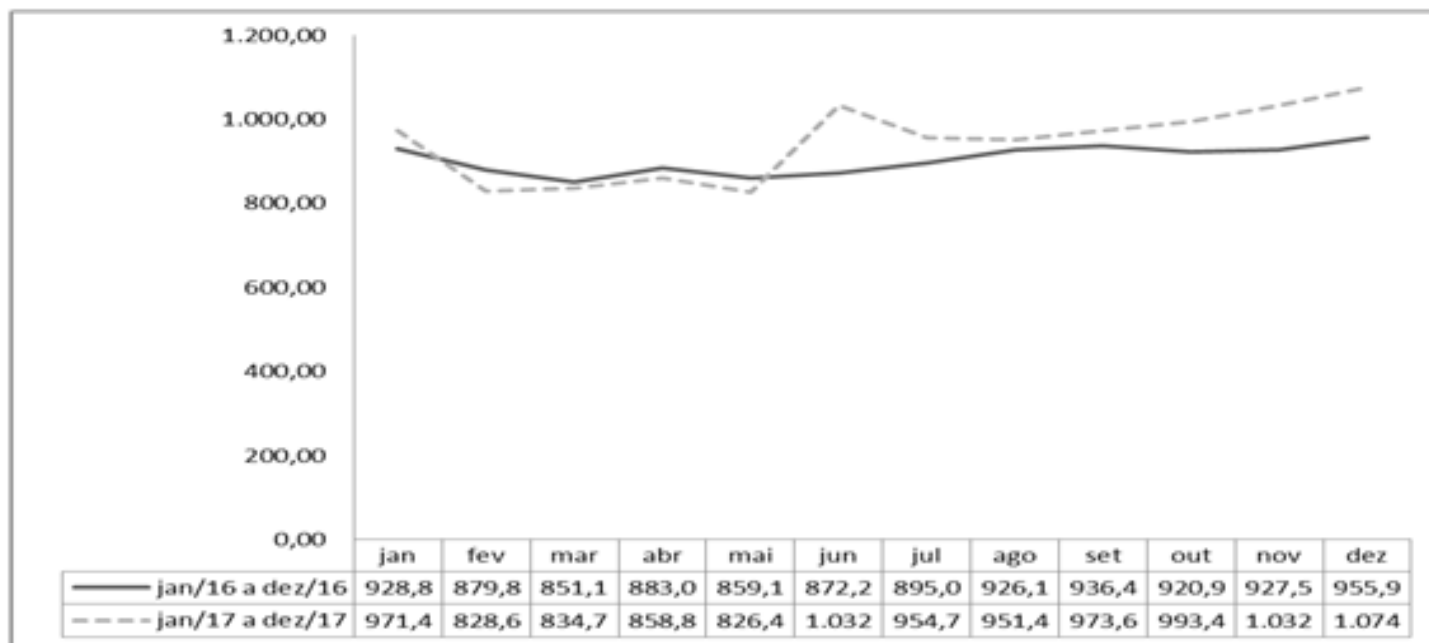
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

2 RECEITAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 3 – ICMS – janeiro a dezembro/2016 x janeiro a dezembro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



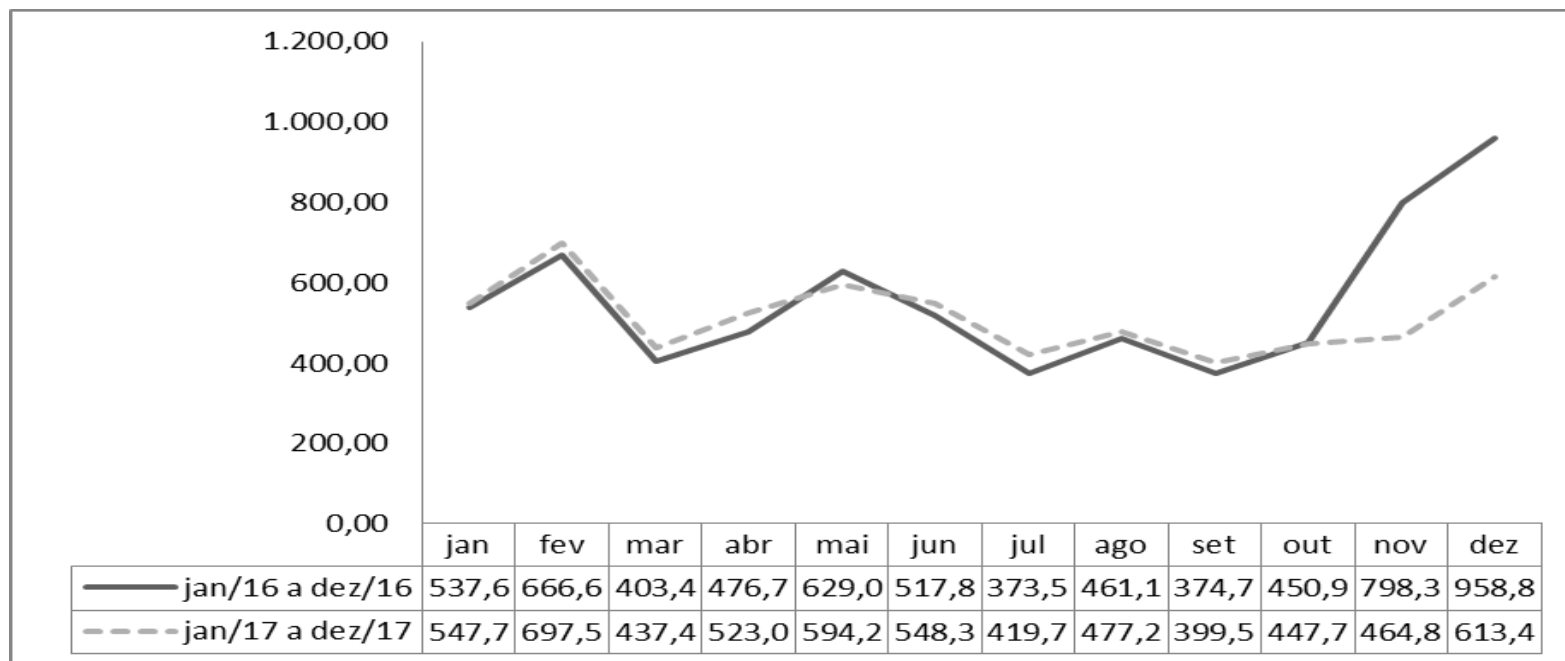
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

2 RECEITAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 4 – Fundo de Participação dos Estados (FPE) do Ceará – janeiro a dezembro/2016 x janeiro a dezembro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

2 RECEITAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

**Tabela 1: Síntese das Receitas Correntes – Resultados Acumulados no Ano.
(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de dezembro de 2017).**

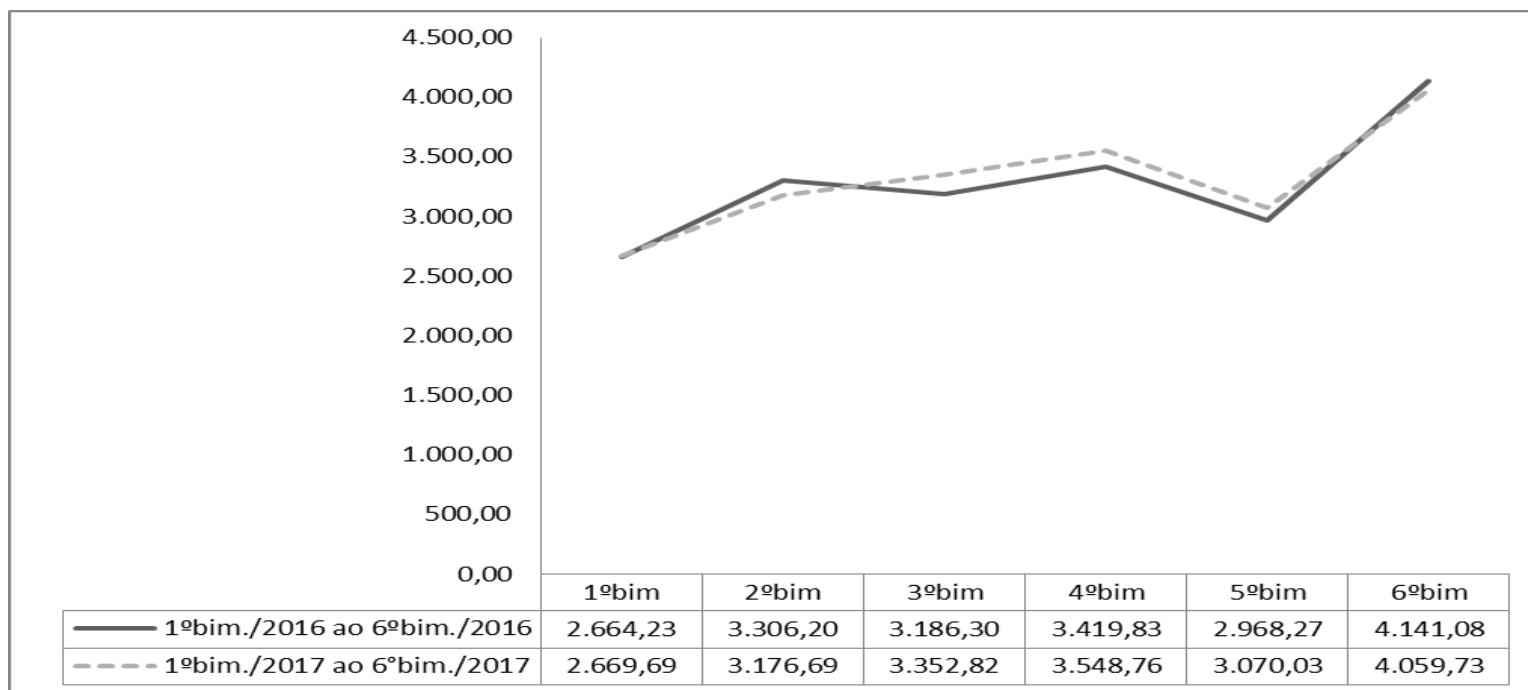
Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 6º bim./2016	Até 6º bim./2017	
Receita Corrente	25.461,03	24.869,96	-2,32%
RCL	18.691,41	18.025,36	-3,56%
ICMS	10.836,27	11.334,23	4,60%
FPE	6.649,03	6.171,05	-7,19%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 5 – Despesas Correntes do Ceará (Exceto Despesas Intra-Orçamentárias) – janeiro a dezembro/2016 x janeiro a dezembro/2017
(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



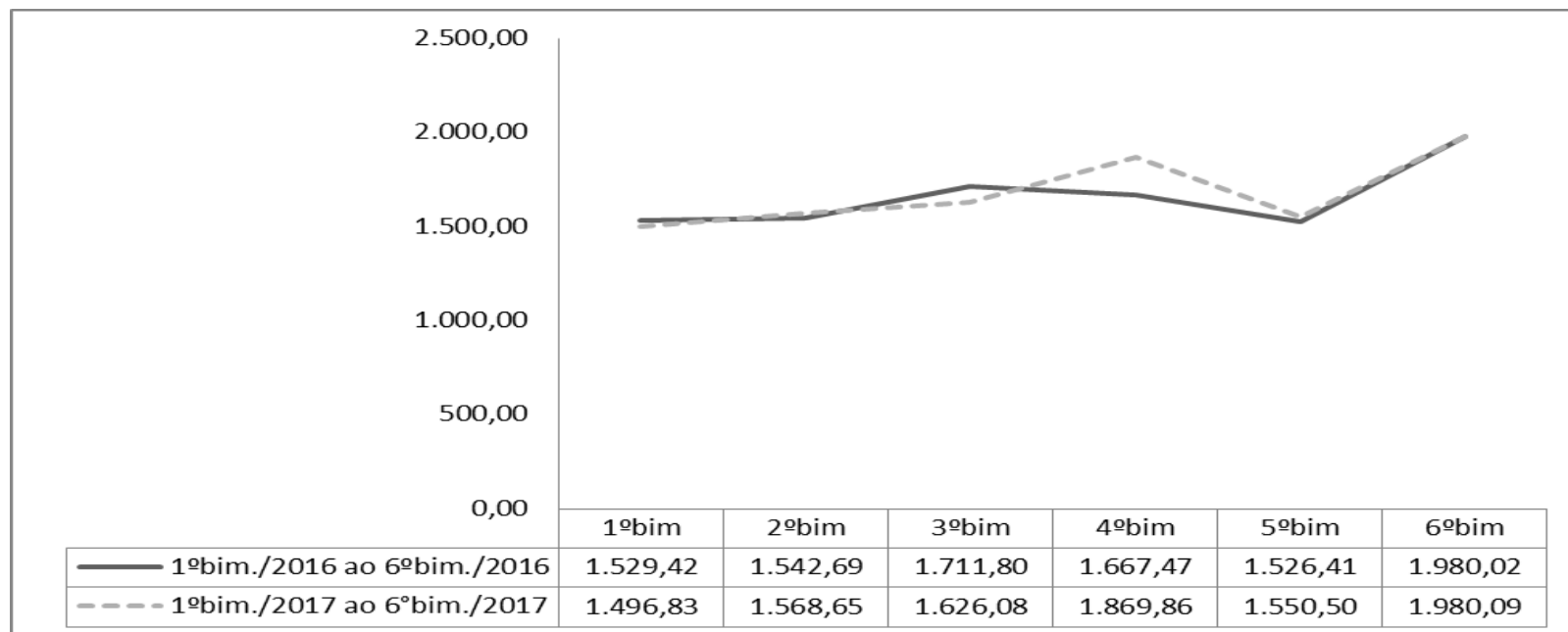
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 6 – Gastos com Pessoal e Encargos Sociais – 1º bimestre a 6º bimestre/2016 x 1º bimestre a 6º bimestre/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 2 – Despesa Total com Pessoal – 2014 a 2017
(Em % da RCL)

Poderes	Limite	Limite	Limite	2014	2015	2016	2017
	Máximo	Prudencial	Alerta				
				(a)	(b)	(c)	(d)
Executivo	48,60%	46,17%	43,74%	44,09%	45,93%	40,66%	42,42%
Legislativo	3,40%	3,23%	3,06%	2,33%	2,48%	2,19%	2,50%
Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%	5,27%	5,69%	5,22%	5,39%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%	1,65%	1,90%	1,64%	1,77%
Total	60,00%	57,00%	54,00%	53,34%	56,01%	49,71%	52,09%

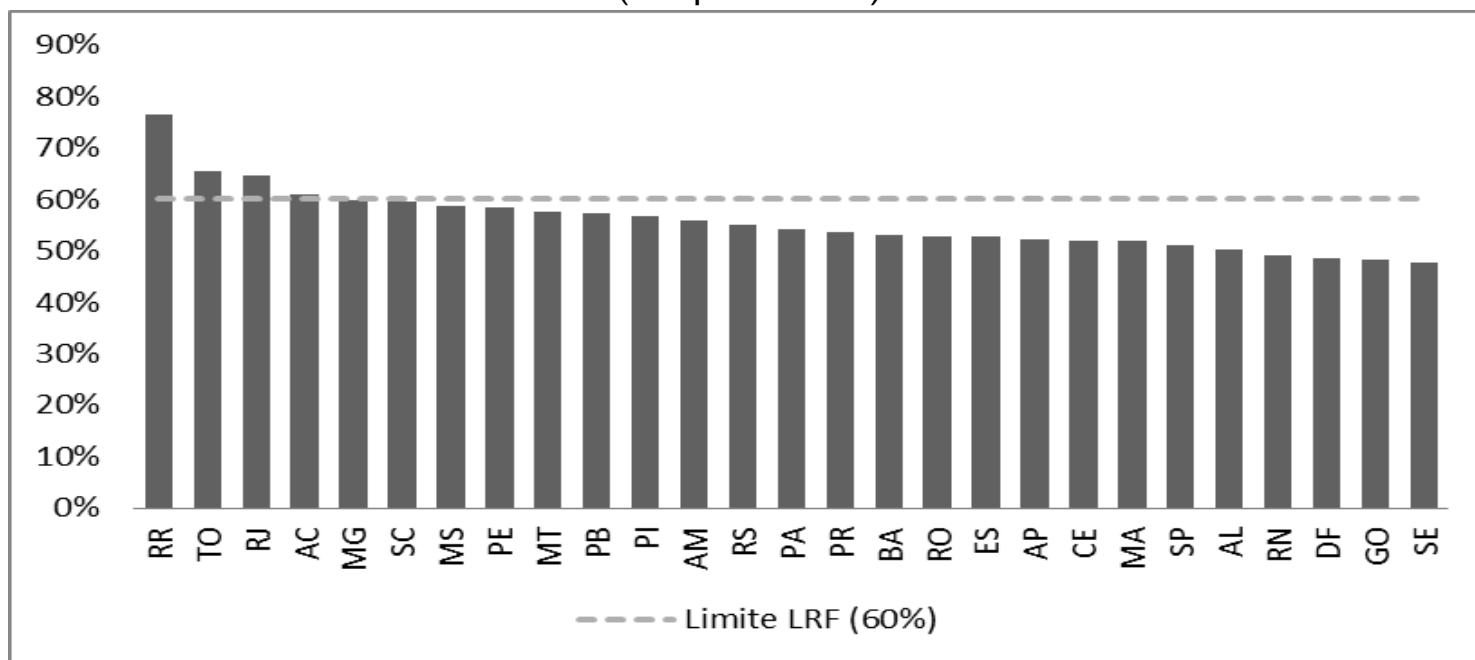
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (Siconfi).

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 7 – Gastos com Pessoal e Encargos Sociais com proporção da RCL – 2017

(em percentual)

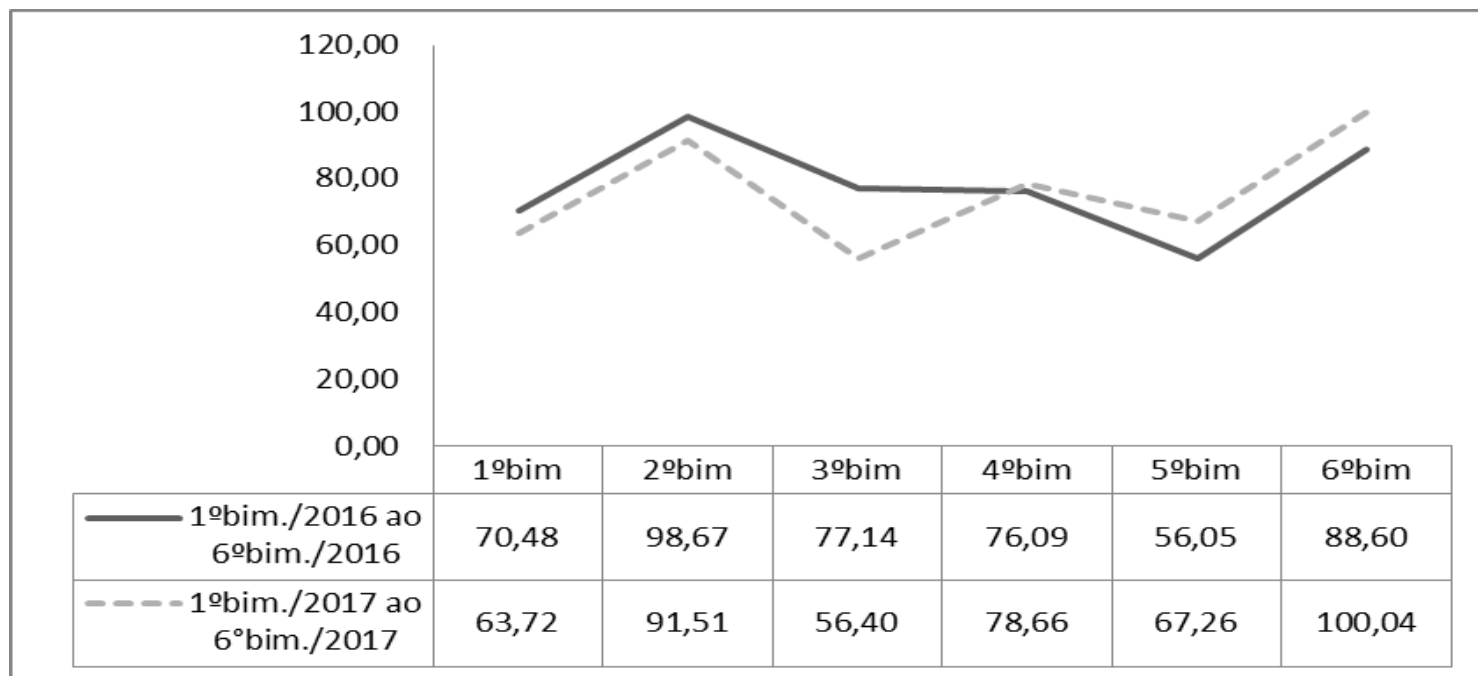


Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (Siconfi).

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 8 – Juros e Encargos da Dívida – 1º bimestre a 6º bimestre/2016 x 1º bimestre a 6º bimestre/2017
(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

3 DESPESAS CORRENTES

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 3 – Síntese das Despesas Correntes – Resultados Acumulados no Ano.

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)

Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 6º bim./2016	Até 6º bim./2017	
Despesa Corrente	19.685,91	19.877,73	0,97%
Pessoal e Encargos Sociais	9.957,81	10.092,01	1,35%
Juros e Encargos da Dívida	467,02	457,58	-2,02%

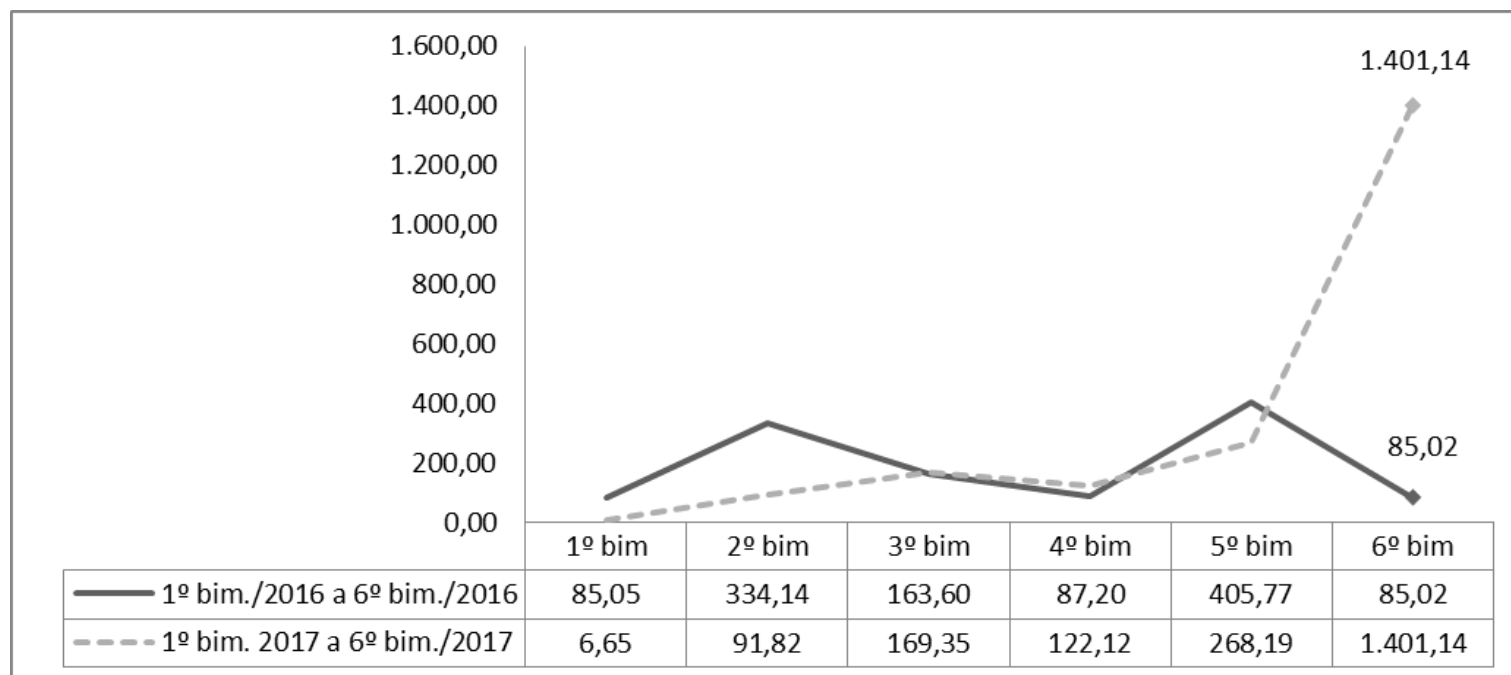
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

4 RECEITAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 9 – Operações de Crédito – 1º bim./2016 a 6º bim./2016 X 1º bim./2017 a 6º bim./2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)



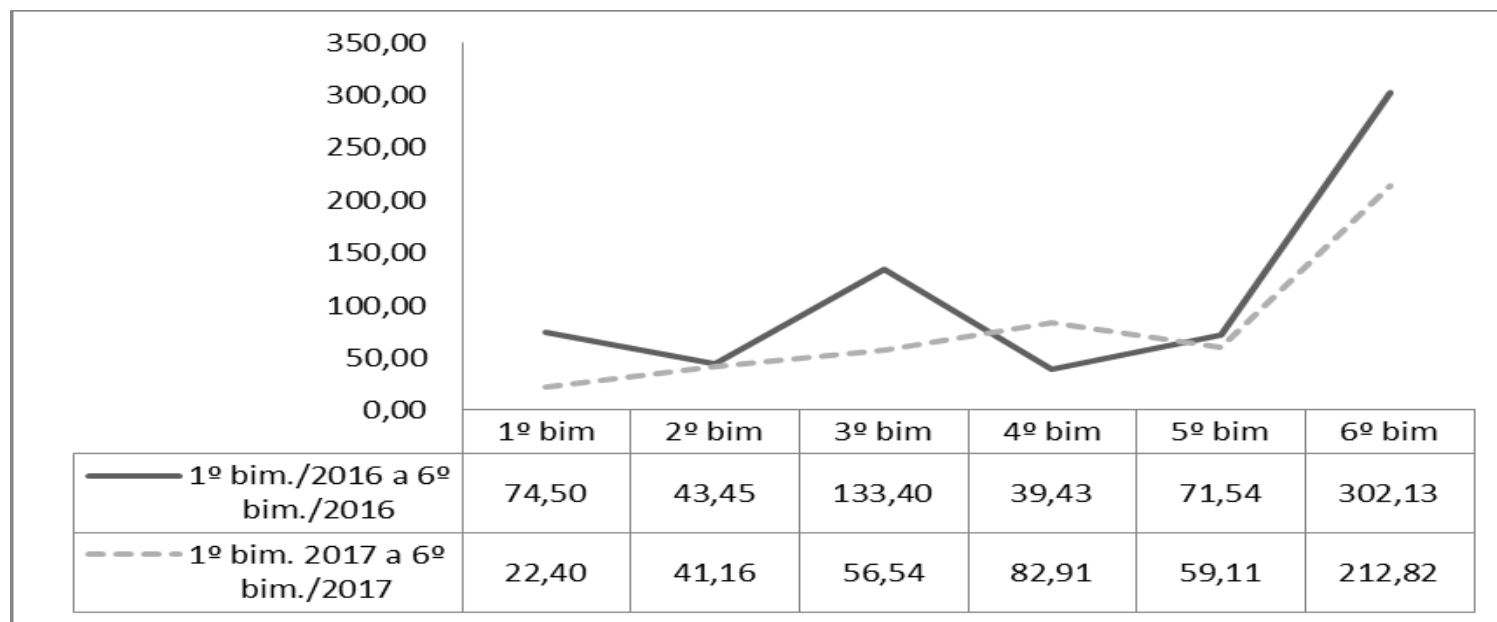
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

4 RECEITAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 10 – Transferências de Capital – 1º bim./2016 a 6º bim./2016 X 1º bim./2017 a 6º bim./2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017).



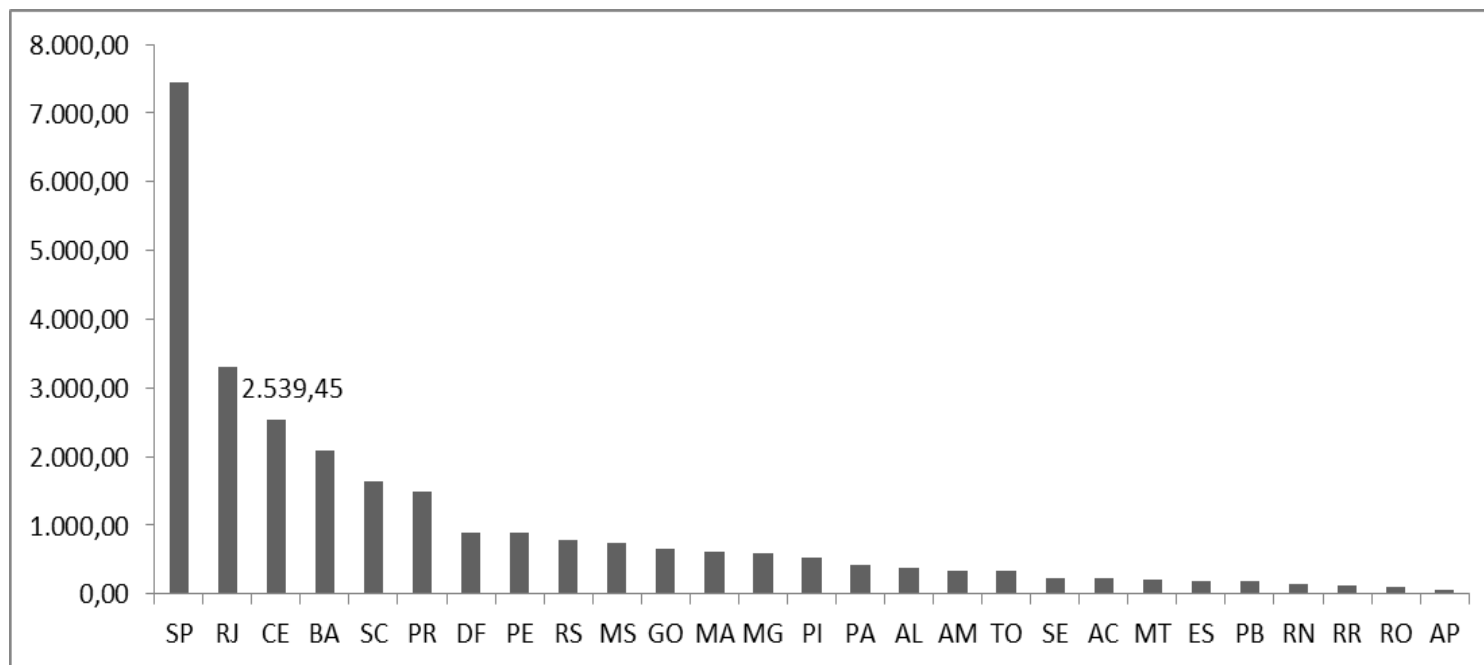
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

4 RECEITAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 11 – Receitas de capital das unidades federativas – 2017

(valores em R\$ milhões)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Siconfi/STN.

4 RECEITAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 4 – Síntese das Receitas de Capital – Resultados acumulados no ano

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)

Discriminação	Acumulado no ano		Δ%
	Até 6º bim./2016	Até 6º bim./2017	
Receitas de Capital	1.829,46	2.551,49	39,47%
Operações de Crédito	1.160,78	2.059,26	77,40%
Transferências de Capital	664,46	474,94	-28,52%

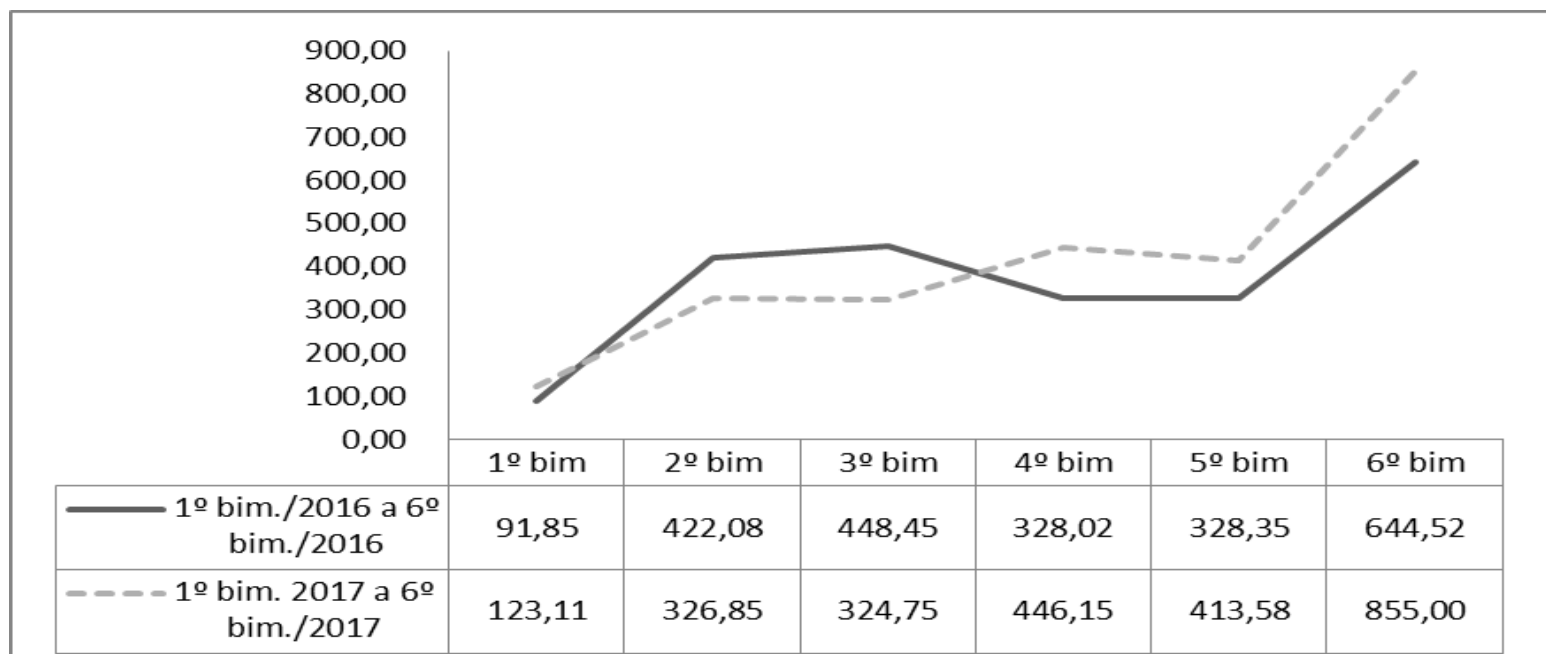
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 12 – Investimentos do Estado do Ceará – 1º bim. a 6º bim./2016 X 1º bim. a 6º bim./2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017).



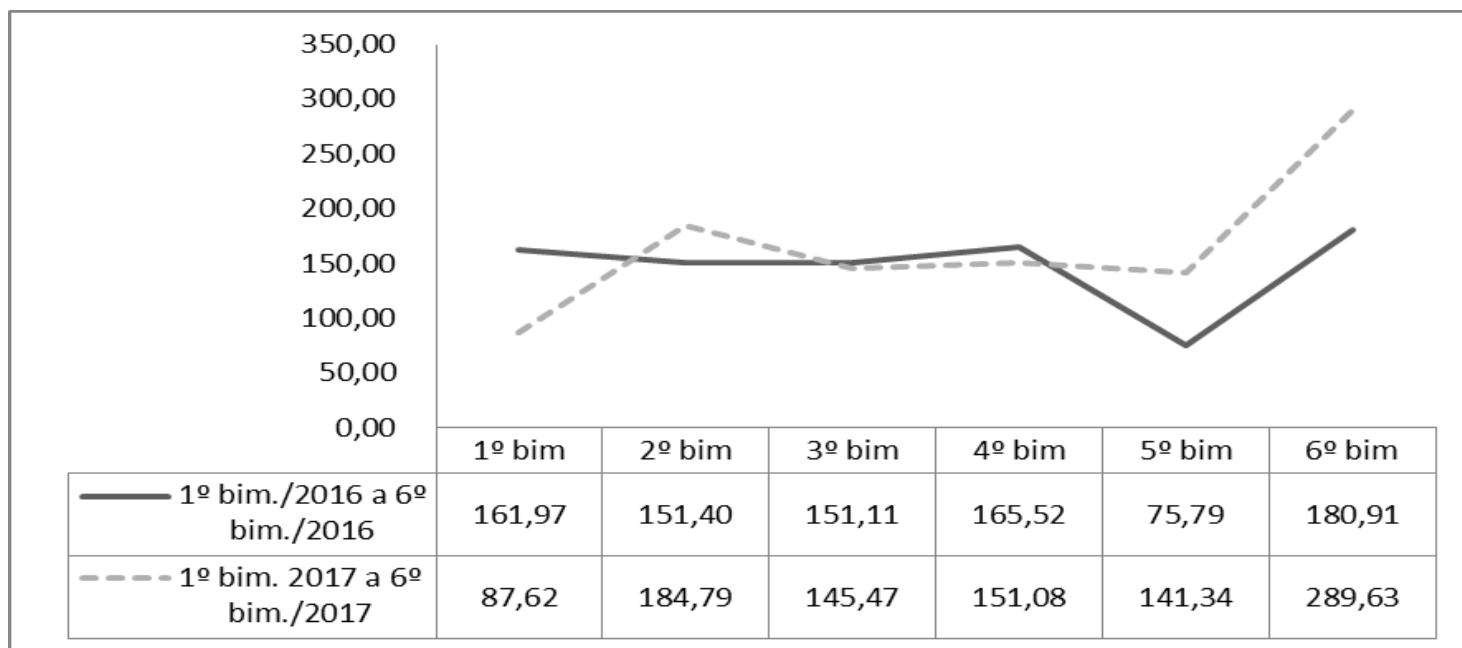
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 13 – Amortização da Dívida do Estado do Ceará – 1º bim. a 6º bim./2016 X 1º bim. a 6º bim./2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017).



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 5 – Síntese das Despesas de Capital do Ceará – Resultados acumulados nos anos de 2016 e 2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até dezembro/2017)

Discriminação	Acumulado no ano		Δ%
	Até 6º bim./2016	Até 6º bim./2017	
Despesas de Capital	3.391,30	3.690,36	8,82%
Investimentos	2.263,28	2.489,43	9,99%
Amortização da dívida	886,70	999,94	12,77%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e da Receita Corrente Líquida – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 6 – Ranking de Investimentos dos estados – Investimento acumulado como proporção da Receita Corrente Líquida - 2016 e 2017

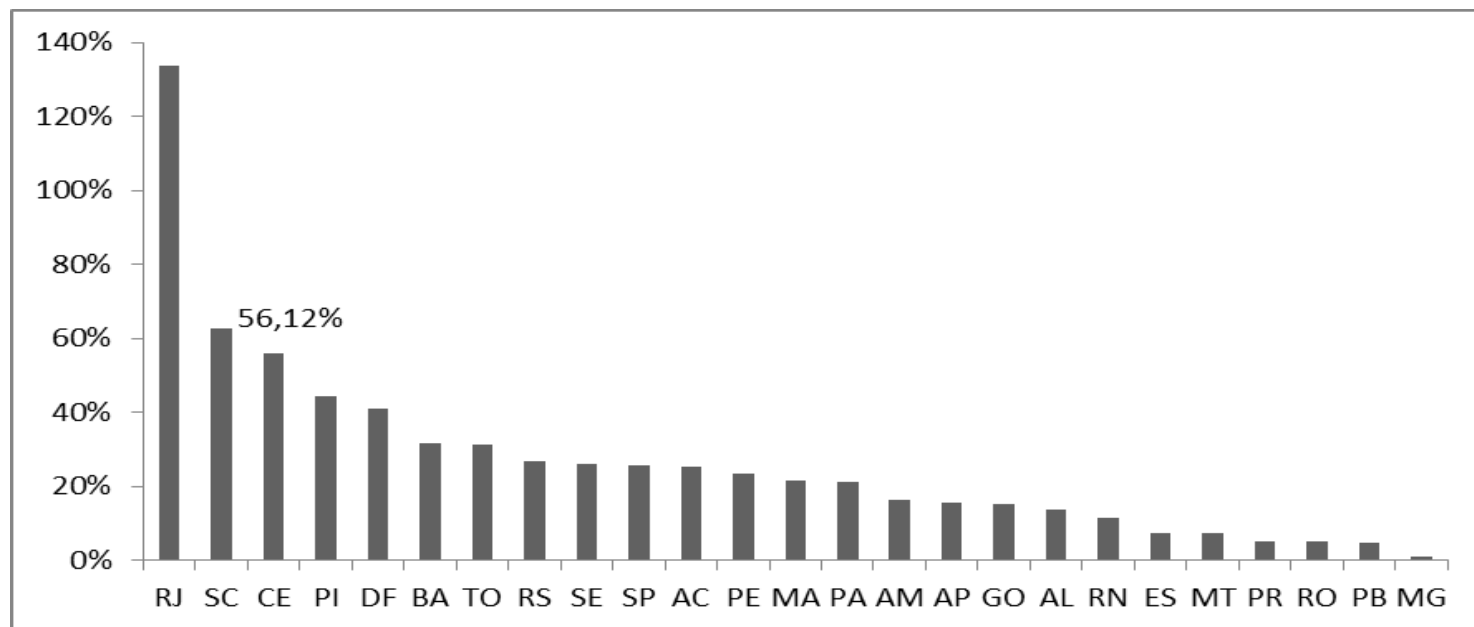
2016			2017		
POSIÇÃO	UF	VALOR	POSIÇÃO	UF	VALOR
1º	CE	12,18%	1º (-)	CE	13,87%
2º	PI	11,62%	2º (↑6)	MA	12,24%
3º	BA	11,29%	3º (↑3)	MT	12,04%
4º	MS	9,60%	4º (-)	MS	11,38%
5º	PB	9,55%	5º (↑17)	PR	10,00%
6º	MT	9,51%	6º (↓4)	PI	9,44%
7º	SC	8,86%	7º (-)	SC	9,03%
8º	MA	8,60%	8º (↓5)	BA	8,71%
9º	RO	8,05%	9º (↑2)	AL	8,70%
10º	TO	7,65%	10º (↓1)	RO	8,00%
11º	AL	7,55%	11º (↑2)	AC	7,67%
12º	AM	7,28%	12º (↑9)	GO	7,65%
13º	AC	6,49%	13º (↓8)	PB	7,18%
14º	RN	6,41%	14º (↑1)	SP	7,03%
15º	SP	5,88%	15º (↓5)	TO	6,85%
16º	RJ	5,78%	16º (↓4)	AM	6,62%
17º	PE	5,45%	17º (↑2)	PA	6,22%
18º	SE	5,45%	18º (↑6)	RR	6,01%
19º	PA	5,24%	19º (↑1)	MG	5,96%
20º	MG	5,15%	20º (↓6)	RN	5,89%
21º	GO	4,85%	21º (↑2)	ES	5,35%
22º	PR	4,83%	22º (↓5)	PE	5,32%
23º	ES	4,54%	23º (↑3)	AP	5,18%
24º	RR	4,46%	24º (↓6)	SE	4,53%
25º	DF	3,44%	25º (-)	DF	4,15%
26º	AP	2,85%	26º (↑1)	RS	2,96%
27º	RS	2,43%	27º (↓11)	RJ	2,01%

5 DESPESAS DE CAPITAL

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 14 – Operações de Crédito como porcentagem das Despesas de Capital das unidades federativas – 2017

(valores em %)



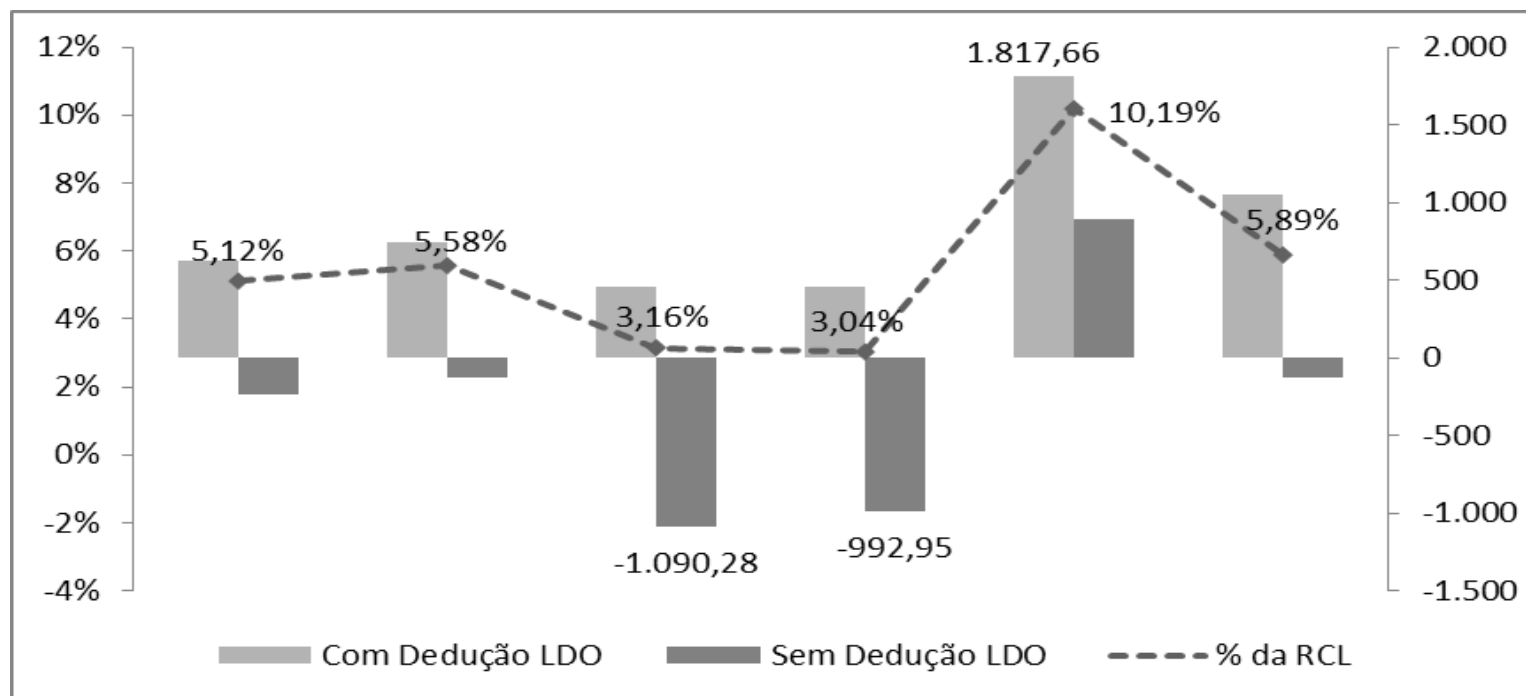
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Siconfi/STN.

6 RESULTADO PRIMÁRIO

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 15 – Resultado Primário Anual – 2012 a /2017

(Valores em R\$ milhões)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

7 DÍVIDA PÚBLICA

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Tabela 7 – Dívida Consolidada e Ativo Disponível do Ceará – Valores oficiais de 2012 a 2017

(valores em R\$ milhões)

Período	DÍVIDA CONSOLIDADA	ATIVO DISPONÍVEL LÍQUIDO		DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
	(em R\$ milhões)	(em R\$ milhões)	(em % da RCL)	(em R\$ milhões)	(em % da RCL)
2012	5.745,08	2.384,72	19,66%	3.360,36	27,70%
2013	6.980,85	3.039,95	22,72%	3.940,90	29,45%
2014	8.501,13	2.416,14	16,76%	6.084,98	42,20%
2015	11.113,04	1.743,23	11,49%	9.369,81	61,74%
2016	10.518,54	2.743,48	15,39%	7.775,06	43,60%
2017	11.820,23	3.674,14	20,67%	8.146,08	45,82%

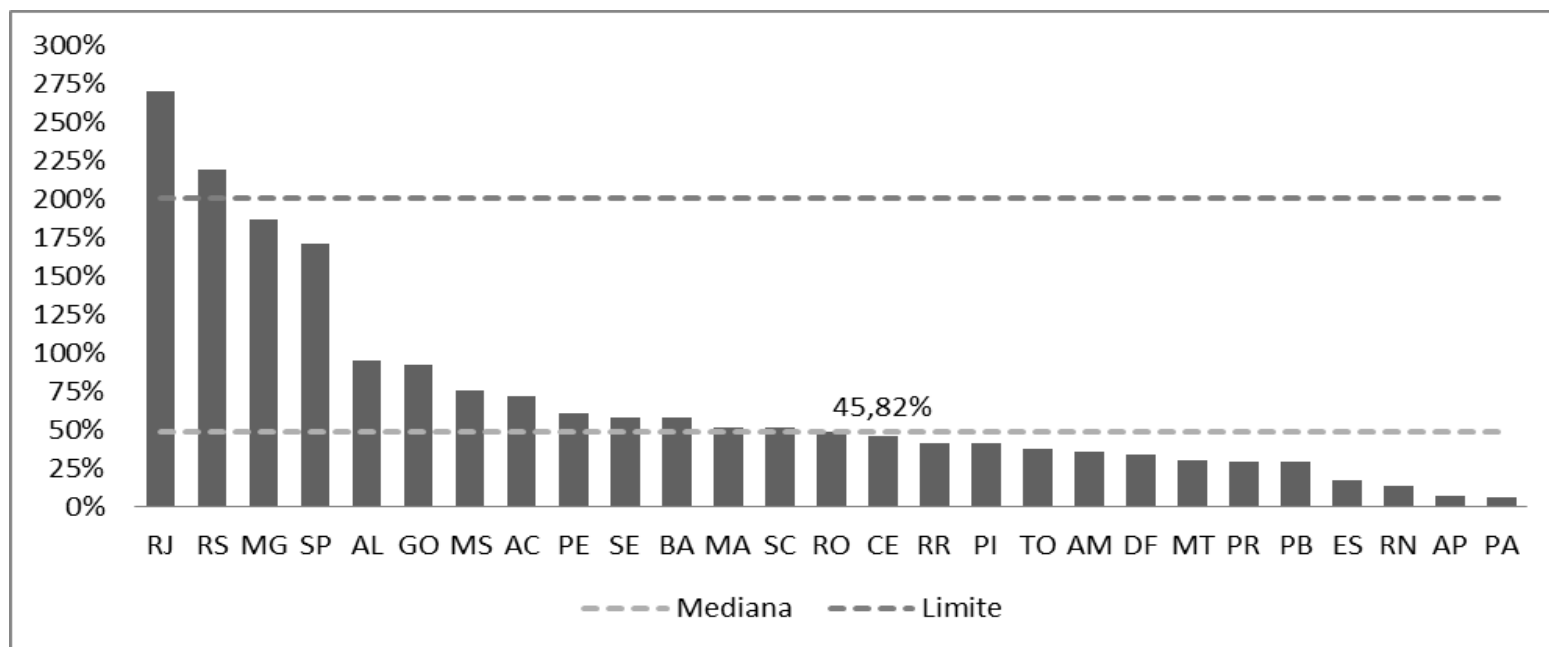
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sefaz/CE.

7 DÍVIDA PÚBLICA

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

Gráfico 16 – DCL como proporção da RCL para os entes subnacionais – 2017

(valores em %)



Fonte: elaboração própria, com base no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Siconfi/STN.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

- ❖ A situação fiscal dos estados brasileiros inspira grandes cuidados, apresentando crise severa em alguns casos. As restrições fiscais se acentuaram ainda mais em 2017.
- ❖ No caso cearense, a situação é de controle fiscal, muito embora as restrições orçamentárias tenham se acentuado no ano de 2017;
- ❖ A capacidade de arrecadação própria cearense tem possibilitado ao estado a manutenção da solvência, em um cenário de queda das receitas oriundas da União.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ano 3, V. 14 – Nov | Dez 2017

- ❖ Apesar da elevação nos gastos com pessoal o Ceará tem cumprido todos os limites estabelecidos pela LRF para tal tipo de despesa;
- ❖ Ceará se manter como estado que realiza o maior nível de investimento como proporção da RCL, dentre todas as unidades federativas;
- ❖ Deve-se buscar uma recuperação das receitas, tendo em vista o caráter inflexível de grande parcela das despesas correntes, o que exige ações que visem melhorar o desempenho da administração tributária.